

QUEM SE COMUNICA, SE TRUMBICA: PODER E “COMUNICAÇÃO DE MASSA”

Ubiracy de Souza Braga*

O título deste trabalho é uma inversão, e proposital, para o dito popular de Abelardo Barbosa, o “Chacrinha”, porque inscrevia naquele *momento* um ato de “comunicação de massa”. O próprio cantor e compositor Gilberto Gil (e tantos outros) chegara a reiterar numa de suas composições: “Chacrinha continua comandando a massa”... anos depois.

Desde já, a assertiva de nossa argumentação *parece* pessimista, pois a expressão correta: “quem *não* se comunica, se trumbica”, expressa muito bem a *exterioridade* desta relação, com a implicação de que a relação espaço público eletrônico/regime político e institucional destaca uma etapa importante da evolução do sistema de *mídia* no Brasil, marcado pelo período autoritário-repressivo após o golpe político-militar de 1964. Interessa-nos entender quem se trumbica, quando se comunica.

Se quisermos ser “otimistas”, se estamos de acordo com a maioria dos estudiosos de comunicação, não é novidade o fato da comunicação, sendo assim entendida, tornar-se, principalmente com o advento da televisão, em um “campo estratégico de configuração instrumental indispensável à reconversão permanente do imaginário social suscetível de legitimar interesses divergentes e con-

* *Professor Visitante* do Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II - Campina Grande-PB.

traditórios na sociedade moderna"¹.

O controle da informação no Brasil, ou da formação social e da (in) formação social, tem uma história construída a partir de "cumplicidades objetivas", como afirma Linda Bulik², i. é., tecida de conveniências entre alguns setores dominantes, segmentos militares, *trusts* estrangeiros e grupos patronais dos chamados meios de comunicação de massa.

No caso brasileiro, a grande expansão quantitativa e qualitativa dos meios de comunicação eletrônicos com características modernas foi o resultado da ação dos governos militares no período pós 64. Se houve um objetivo político alcançado plenamente pelo regime militar, este foi o de inscrever o país prospectivamente no circuito do processo de acumulação em sua etapa transnacional, na falta de melhor expressão, de uma forma enormemente dinâmica porém a um custo social elevadíssimo.

Assegura-nos Rocha F^o., que a execução desses planos dotou o país de uma moderna e sofisticada infra-estrutura de telecomunicações – estações terrenas, comunicações por satélite, centro de TV, microondas em visibilidade, microondas em ondas curtas, rede de telefonia, banco de dados, satélites artificiais, etc., – que o colocou entre as nações mais adiantadas em matéria de telecomunicações, comparativamente com outros países da América Latina e Caribe exceto o caso particular do México³.

A implantação dos sistemas globais de comunicação e informação constituem um fato real na América Latina.

Os novos sistemas de comunicação e informação, situados na intersecção da informática, as telecomunicações e os meios audiovisuais, são sistemas complexos interconectados. O conceito de telemática, fruto da contração de telecomunicações e informática, dá conta desse processo de síntese. A convergência de numerosas

¹ Cf. referências em *Comunicação e Política*. São Paulo, CBELA, 1989, vol. 9 (2,3,4).

² Linda Bulik, "Controle da Informação no Brasil" in *A Segurança do Povo: Um Desafio à Comunicação*. São Paulo, Edições Paulinas, 1984.

³ Aloísio da Franca Rocha F^o., *Comunicação de Massa e Estado: Televisão e Política de Telecomunicações (1950-75)*. São Paulo. ECA/USP, 1981.

redes por onde circulam os fluxos de informação rumo a um ponto único, a tela do terminal do computador – que bem pode ser a do televisor familiar –, indica a possibilidade de isolar, em nossos dias, os campos até faz pouco tempo dissociados da *informação-notícia*, a *informação-entretenimento*, a *informação-controle-social*.

Segundo Mattelart e Schmucler, é evidente que o tratamento da informação impregna todas as instâncias da vida individual e coletiva até tal ponto que, assinala em forma gráfica um engenheiro brasileiro, “a dificuldade em definir a informação é similar a que encontramos para definir a vida”⁴. A presença da informação é dominante em campos amplíssimos que vão desde os processos produtivos econômicos até os mecanismos de regulação social. Mais ainda, a informação se transforma em um elemento básico de reordenamento dos aparatos políticos, econômicos, culturais e militares de quase todas as formações sociais existentes⁵.

O desenvolvimento acelerado de novos sistemas de informação põe à ordem do dia a questão da transferência de tecnologias culturais. É preciso sublinhar o fato essencial de que a transferência destas tecnologias de informação, mais talvez do que outro, equivale cada vez mais a uma transferência de modelos globais de organização de poder.

É certo que a ausência de capacidade de criação e produção de equipamentos torna impossível o tipo de conglomerado que se tem descrito nos países de “capitalismo hegemônico”. Em primeiro lugar, assiste-se a um processo crescente de privatização dos aparatos de cultura, ou pelo menos, de discussão sobre a convergência dessa privatização. Em segundo lugar, os casos em que o privado já era dominante, se registra a ampliação dos conglomerados mediante a incorporação de diversas atividades no campo da cultura e da informação. As novas tecnologias se oferecem, nos grupos mais concentrados, como ocasião de desenvolver ainda mais a

⁴ Edgard Parente “O Desafio da Informação” in *Revista Nacional de Telecomunicações*, maio 1979. Apud Armand Mattelart e Héctor Schmucler, *América Latina en la Encrucijada Telemática*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1983, p. 12.

⁵ Armand Mattelart e Héctor Schmucler, ob. cit.; p. 12.

tendência vigente à monopolização das mensagens enquanto informação.

Sabe-se que no campo da comunicação utilizam-se conceitos mistificadores, o que é necessário, deste ponto de vista, porque não se trata da *realidade social em si*. Desde o conceito de comunicação, até o de massa, são termos que não deveríamos utilizar porque, a raiz de um certo nível de criticidade, sabemos – p. ex., – que não podemos falar de meios de comunicação; que quando mais são meios de distribuição, ou de difusão, como dizem alguns.

Segundo Bisky, pode-se dizer que; a) os meios de comunicação de massas são realmente meios de produção, destinados à produção de mensagens-mercadorias. Através dela se geram e articulam os valores-de-troca com os quais os membros de uma sociedade estabelecem seu "intercâmbio comunicativo". A produção de mensagens na comunicação de massas é uma coesão seletiva. Os meios de comunicação de massa asseguram a coesão da mesma classe dominante, ao menos naqueles aspectos que são fundamentais para sua dominação. No próprio processo de produção se criam os espaços de poder, tanto econômicos, políticos, como sociais. Aqueles que dominam estas mensagens dominam também *espaços*, portanto, se convertem na classe hegemônica de uma sociedade.

b) A função de reprodução é a mais importante e básica dos meios de comunicação de massa. Sob a aparência de *objetividade, diversidade, indiferença e imparcialidade* da produção dos meios se esconde um uso de códigos que revela a transmissão de diversas normas seletivas, as relações de poder, da sociedade ou a relação da organização com a estrutura de domínio social⁶.

Dieter Prokop esclarece este ponto quando distingue espaços de apropriação do saber no âmbito da comunicação. Para ele, a "esfera do público" designa o âmbito de comunicação social que fica ao subtrair a sua incumbência tanto o trabalho na empresa como o âmbito familiar e que se caracteriza pela concorrência, real ou fictícia, de pessoas livres para discutir questões que são de

⁶ Lothar Bisky, *Crítica de la Teoría Burguesa de la Comunicación de Masas*, Madrid: Ediciones de la Torre, 1982, pp. 20-24, grifado no original.

interesse geral. A esfera do público se refere e abarca desde as reuniões das associações até os atos de pura “socialidade”.

Para a análise da esfera do público é necessário fazer uma dupla distinção:

a) *A esfera do público no mais amplo sentido que compreende os partidos políticos e as empresas.* Historicamente esta esfera soube conquistar a igualdade jurídica e a livre circulação das mercadorias e notícias, com a diferenciação de poderes (no sentido clássico europeu) e corporações profissionais como ‘poder público’. Ao mesmo tempo, e como natureza política se refere ao funcionamento do Estado, e é o espaço da ‘opinião pública’ informal e (em época eleitoral) formal. Esta esfera se caracteriza pela liberdade formal dos sujeitos, pela liberdade, em princípio ilimitada, de expressão, pelo livre acesso aos meios necessários para isto, e pela oportunidade de ter uma influência real. De outra parte ela tem experimentado uma modificação estrutural, derivada das modificações de caráter oligopolístico e monopólio tanto das estruturas do mercado como das estruturas de poder: a saber, o predomínio de sistemas políticos com só dois ou três partidos, a presença organizada de poderosas associações de interesse dos grupos ‘socialmente relevantes’ e a organização da forma de mercado oligopolísticas e monopolistas e, como consequência, a aparição e prevalência dos grandes *trusts*. Frente a todos estes resultam impotentes aqueles grupos – incluídos alguns propriamente burgueses – cujos interesses não se tem generalizado eficazmente o que por sua própria estrutura não tem a possibilidade de generalizar-se.

b) *A esfera do público alternativa, não organizada, das massas, das pequenas empresas, das associações, dos artistas, dos jornalistas, etc.* Estas formas de esfera do público incluem elementos burgueses e proletários, possuem uma tradição antiga e surgem sempre em fases de transformações revolucionárias: camponeses e artesãos, pequenos produtores urbanos e o elemento nas revoluções burguesas criaram tanto no exército (os ‘independentes’, os ‘niveladores’ na revolução inglesa) como no bairro (os *san cullotes* na revolução francesa) esferas do público de natureza política ao mesmo tempo que formas próprias de organização de

'democracia direta'. A compreensão cabal das esferas do público proletários pode resumir-se nas duas exigências seguintes: descentralização do poder de Estado, por um lado, e autogestão dos trabalhadores nas empresas dentro de uma planificação democrática do processo econômico, por outro⁷.

Como já indicamos anteriormente, desde o período autoritário-repressivo aos dias de hoje, a esfera do público e do privado marcam a especificidade do processo histórico-social brasileiro. Naturalmente, quando aqueles que detém os *processos de comunicação* na sociedade omitem a relação entre violência e estado de segurança, violência e arbítrio, violência e lei de segurança nacional, eles possibilitam uma percepção *unilateral* do fenômeno, *naturalizam* a violência e abrem caminho para novas formas de controle social (com o domínio da informação e dos processos de comunicação), continuando, porém, mantidos à distância as reivindicações populares que atestariam a(s) violência(s) entranhada na estrutura social.

"A chegada da Globo coincidia com importante momento de transformações porque passava o Brasil. O grupo que deflagrou o movimento de 64, no poder, redimensionou os rumos políticos e econômicos do país. Realizar a integração nacional era a meta dos novos governantes. Aumentar a produção nacional a qualquer preço era a palavra de ordem no campo econômico. Já no final daquela década o Brasil imprimia um ritmo acelerado a sua economia. Inúmeras fábricas surgiam semanalmente, centenas de produtos eram lançados no mercado, a classe média brasileira estava bem nutrida de dinheiro e atendia cândida e feliz aos apelos do consumo. O país estava na era do Marketing"⁸.

O canal 4 TV Globo do Rio de Janeiro foi ao ar pela primeira

⁷ Ver Dieter Prokop, "Esfera de lo Público Burguesa y Esfera de lo Público Alternativa: Características Institucionales y Problemas Estructurales" in José Vidal Beneyto (Editor), *Alternativas Populares e las Comunicaciones de Masa*. Madrid. Centro de Investigación Sociológicas, 1970, pp. 83-84, passim.

⁸ "E o Brasil virou Aldeia Global", *Meio e Mensagem*, 30.4.1980, p. 7. Apud Carlos Rodolfo Amêndola Ávila, *A Tele-invasão: a participação estrangeira na televisão do Brasil*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982, p. 37.

vez em 1965, sendo captado então pelos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Sua implantação conta com um acordo operacional com a *Time-Life*, a qual em troca do aluguel de um prédio da Globo, fornece um financiamento para a montagem da emissora.

“A história da Globo remonta a 62, quando a emissora assinou secretamente um contrato com o grupo americano *Time-Life*. O documento estabelecia uma ‘sociedade em conta de participação’, e aos diretores estrangeiros garantia cerca de 30 por cento dos lucros líquidos anuais do empreendimento – A Globo. Quatro anos depois, era instaurada uma CPI sobre as relações *Globo/Time-Life*. E ficou-se sabendo que homens da influência dos ministros Carlos Medeiros e Silva, da Justiça, e Luiz Gonzaga Nascimento e Silva, do Trabalho, participaram das negociações. A CPI decidiu que os acordos feriam a constituição. A interferência de um grupo estrangeiro na orientação de uma empresa de comunicação era frontalmente contrária aos interesses nacionais, entendiam os deputados. Mas, em 67, o governo Costa e Silva declarava infundadas as acusações e arquivava o inquérito. Pressões políticas levaram o Executivo a reabri-lo pouco depois – e a emissora seria finalmente nacionalizada em 69”⁹.

Na excelente pesquisa de Daniel Herz¹⁰ sobre a Rede Globo, a quarta maior rede privada do mundo, ficam claras as cenas de *gangsterismo*, como diz-nos o autor, de Lobby e barganha política junto aos governos militares, de Castelo e Costa e Silva, que marcam a implantação da Rede Globo de maneira *ilegal* e até mesmo *criminosa*.

A doutrina de segurança nacional, comparada com regulamentação e códigos de telecomunicações, mecanismos de censura e propaganda política intensiva através da televisão, revela o labirinto intrincado por onde o fluxo da segurança Nacional se cristalizou nessas mesmas leis, decretos, censura, ameaças, prisões ou propaganda política explícita. E, por extensão, por onde a coalizão

⁹ Elisabeth Carvalho, “O Modelo Econômico: Uma Só Nação, um Só Mercado”, Anos 70, cap. V – Televisão, p. 105. Apud Carlos Rodolfo Amêndola Ávila, *ob. cit.*; p. 39.

¹⁰ Daniel Herz, *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre, Editora Ortiz, 13ª. edição, 1989.

dominante azeitou as peças de seu poder.

Mas tratava-se de uma guerra diferente, principalmente com a doutrina Truman, que igualava o comunismo ao nazismo e que buscava conquistar o mundo, através da guerra das armas, da guerra política, da *guerra econômica* ou da *guerra psicológica* ou do domínio da informação.

Portanto, a assertiva de nossa argumentação expressa muito bem a exterioridade desta relação, com a implicação de que a relação espaço público eletrônico/regime político e institucional, destaca uma etapa importante da evolução recente do controle de *mídia* no Brasil (até os dias atuais), bastando para isso ligar a televisão.